



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPONGAS

Estado do Paraná

EDITAL Nº 100/12, DE 10 DE ABRIL DE 2012

A Comissão Especial de Concurso – CEC, da Prefeitura Municipal de Arapongas, Estado do Paraná, instituída através da Portaria nº 310/11, de 17 de outubro de 2011, no uso das atribuições legais, considerando o Edital nº 171/2011, resolve tornar público:

- I) as respostas aos recursos interpostos quanto ao resultado preliminar do Exame de Saúde, divulgado através do Edital nº 087/12;
- II) as respostas aos recursos interpostos quanto ao resultado preliminar do Exame Toxicológico, divulgado através do Edital nº 094/12.

I – DAS RESPOSTAS AOS RECURSOS INTERPOSTOS QUANTO AO RESULTADO PRELIMINAR DO EXAME DE SAÚDE:

Divulga as respostas aos recursos interpostos quanto ao resultado preliminar do Exame de Saúde (exceto o toxicológico) do Concurso Público Municipal Edital 171/2011 da Prefeitura do Município de Arapongas, Estado do Paraná na forma do Anexo I deste Edital.

II – DAS RESPOSTAS AOS RECURSOS INTERPOSTOS QUANTO AO RESULTADO PRELIMINAR DO EXAME TOXICOLÓGICO:

Divulga as respostas aos recursos interpostos quanto ao resultado preliminar do Exame Toxicológico do Concurso Público Municipal Edital 171/2011 da Prefeitura do Município de Arapongas, Estado do Paraná na forma do Anexo II deste Edital.

Arapongas, 10 de abril de 2012.

SANDRA MARA PODANOSCHE
Presidente da CEC



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPONGAS

Estado do Paraná

ANEXO I

Candidato: Amilton Conerado Filho

Recurso: INDEFERIDO

Amilton Conerado Filho, já qualificado, inconformado, interpôs Recurso diante de sua inabilitação na fase de Exame de Saúde, por não ter entregado o resultado do Exame de Hepatite B: Anti HBC IgG, alegando que entregou o resultado de todos os exames exigidos.

Ainda que pesem os argumentos do recorrente o presente Recurso não merece acolhida, visto que não procede o argumento, uma vez que todos os exames entregues foram devidamente lacrados na presença do candidato ou seu representante e aberto somente pela Comissão de Concurso, não constando dos resultados entregues o referido exame.

É cediço que todo e qualquer entendimento, seja jurisprudencial ou doutrinário, entende que o Edital faz “Lei” entre as partes, sendo que deve ser rigorosamente cumprido pelo candidato.

O Edital é claro em seu item 13.1 que a inscrição para o Concurso Público implicará a aceitação, por parte do candidato, das normas contidas tanto no Edital de Abertura, bem como de outras que forem necessárias para seu fiel cumprimento.

Assim, resta claro que o cumprimento das normas editalícias é de inteira responsabilidade do candidato, não cabendo a Comissão Organizadora conferir documentos no ato de sua entrega e tão somente protocolar os que forem entregues.

Porém, como já dito, o Edital faz “lei” entre as partes, devendo ser cumprido por todos os candidatos, a fim de que seja mantido o princípio constitucional da isonomia, proporcionando a igualdade de condições entre todos os participantes do certame.

Diante do exposto, conhecido e negado provimento ao presente Recurso.

Candidato: Carlos Fabian Suzi

Recurso: INDEFERIDO

Carlos Fabian Suzi, já qualificado, inconformado, interpôs Recurso diante de sua inabilitação na fase de Exame de Saúde, por não ter entregado o resultado do Exame de Hepatite B: Anti HBC IgG.

É cediço que todo e qualquer entendimento, seja jurisprudencial ou doutrinário, entende que o Edital faz “Lei” entre as partes, sendo que deve ser rigorosamente cumprido pelo candidato.

O Edital é claro em seu item 13.1 que a inscrição para o Concurso Público implicará a aceitação, por parte do candidato, das normas contidas tanto no Edital de Abertura, bem como de outras que forem necessárias para seu fiel cumprimento.

Assim, resta claro que o cumprimento das normas editalícias é de inteira responsabilidade do candidato, sendo que, conforme o próprio recorrente alega, este deixou de atender o disposto no Edital 062/12, por não ser o exame pedido necessário para a



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPONGAS

Estado do Paraná

comprovação do bom estado de saúde do candidato, devendo-se aplicar o princípio da razoabilidade.

Porém, como já dito, o Edital faz “lei” entre as partes, devendo ser cumprido por todos os candidatos, a fim de que seja mantido o princípio constitucional da isonomia, proporcionando a igualdade de condições entre todos os participantes do certame.

Diante do exposto, conhecido e negado provimento ao presente Recurso.

Candidato: João Honório de Lima Neto

Recurso: INDEFERIDO

João Honório de Lima Neto, já qualificado, inconformado, interpôs Recurso diante de sua inabilitação na fase de Exame de Saúde, por não ter entregado o resultado do Exame de Hepatite B: Anti HBC IgG.

É cediço que todo e qualquer entendimento, seja jurisprudencial ou doutrinário, entende que o Edital faz “Lei” entre as partes, sendo que deve ser rigorosamente cumprido pelo candidato.

O Edital é claro em seu item 13.1 que a inscrição para o Concurso Público implicará a aceitação, por parte do candidato, das normas contidas tanto no Edital de Abertura, bem como de outras que forem necessárias para seu fiel cumprimento.

Assim, resta claro que o cumprimento das normas editalícias é de inteira responsabilidade do candidato, não cabendo a Comissão Organizadora conferir documentos no ato de sua entrega e tão somente protocolar os que forem entregues, sendo que, conforme o próprio recorrente alega, este deixou de atender o disposto no Edital 062/12, vindo, conforme cópia do resultado do exame juntado pelo recorrente, a colher o material para exame somente em 31 de março de 2012, ou seja, data posterior `última data para a entrega do mesmo, determinada no Edital, ressaltando-se ainda que o resultado foi positivo, fato este que, caso fosse entregue dentro do prazo, deveria ser submetido a avaliação de profissional da saúde.

Porém, como já dito, o Edital faz “lei” entre as partes, devendo ser cumprido por todos os candidatos, a fim de que seja mantido o princípio constitucional da isonomia, proporcionando a igualdade de condições entre todos os participantes do certame.

Diante do exposto, conhecido e negado provimento ao presente Recurso.

Candidato: Rodrigo Aparecido Casagrande

Recurso: INDEFERIDO

Rodrigo Aparecido Casagrande, já qualificado, inconformado, interpôs Recurso diante de sua inabilitação na fase de Exame de Saúde, por não ter entregado o resultado do Exame de Hepatite B: Anti HBC IgG, bem como pela não entrega do resultado do Exame Toxicológico, uma vez que não ficou pronto na data determinada para a sua entrega.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPONGAS

Estado do Paraná

É cediço que todo e qualquer entendimento, seja jurisprudencial ou doutrinário, entende que o Edital faz “Lei” entre as partes, sendo que deve ser rigorosamente cumprido pelo candidato.

O Edital é claro em seu item 13.1 que a inscrição para o Concurso Público implicará a aceitação, por parte do candidato, das normas contidas tanto no Edital de Abertura, bem como de outras que forem necessárias para seu fiel cumprimento.

Assim, resta claro que o cumprimento das normas editalícias é de inteira responsabilidade do candidato, não cabendo a Comissão Organizadora conferir documentos no ato de sua entrega e tão somente protocolar os que forem entregues, mesmo porque o próprio candidato afirma que houve erro do laboratório que não fez o Exame de Hepatite na forma pedida no Edital, apesar de devidamente pago.

Quanto a não entrega do Exame Toxicológico em razão do Laboratório não ter o resultado na data marcada, este não procede, uma vez que os demais candidatos apresentaram os resultados no prazo estipulado, comprovando, desta forma, que o prazo estipulado era viável.

Porém, como já dito, o Edital faz “lei” entre as partes, devendo ser cumprido por todos os candidatos, a fim de que seja mantido o princípio constitucional da isonomia, proporcionando a igualdade de condições entre todos os participantes do certame.

Diante do exposto, conhecido e negado provimento ao presente Recurso.

Candidato: Verdison de Lima

Recurso: INDEFERIDO

Verdison de Lima, já qualificado, inconformado, interpôs Recurso diante de sua inabilitação na fase de Exame de Saúde, por não ter entregado o resultado do Exame de Hepatite B: Anti HBC IgG, solicitando a entrega posterior.

É cediço que todo e qualquer entendimento, seja jurisprudencial ou doutrinário, entende que o Edital faz “Lei” entre as partes, sendo que deve ser rigorosamente cumprido pelo candidato.

O Edital é claro em seu item 13.1 que a inscrição para o Concurso Público implicará a aceitação, por parte do candidato, das normas contidas tanto no Edital de Abertura, bem como de outras que forem necessárias para seu fiel cumprimento.

Assim, resta claro que o cumprimento das normas editalícias é de inteira responsabilidade do candidato, não cabendo a Comissão Organizadora conferir documentos no ato de sua entrega e tão somente protocolar os que forem entregues, mesmo porque o próprio candidato afirma que houve erro do laboratório que não fez o Exame de Hepatite na forma pedida no Edital, apesar de devidamente pago.

Porém, como já dito, o Edital faz “lei” entre as partes, devendo ser cumprido por todos os candidatos, a fim de que seja mantido o princípio constitucional da isonomia, proporcionando a igualdade de condições entre todos os participantes do certame.

Diante do exposto, conhecido e negado provimento ao presente Recurso.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPONGAS

Estado do Paraná

ANEXO II

Candidato: André Luiz Jovedy

Recurso: INDEFERIDO

André Luiz Jovedy, já qualificado, inconformado, interpôs Recurso diante de sua inabilitação na fase de Exame Toxicológico, por não ter entregado o resultado na data prevista no Edital, alegando que colheu o material, porém o resultado não saiu em tempo hábil, razão pela qual solicita a dilação de prazo para a entrega do resultado de exame toxicológico.

Ainda que pesem os argumentos do recorrente o presente Recurso não merece acolhida, visto que não procede o argumento, uma vez que os demais candidatos apresentaram os resultados no prazo estipulado, comprovando, desta forma, que o prazo estipulado era viável.

É cediço que todo e qualquer entendimento, seja jurisprudencial ou doutrinário, entende que o Edital faz “Lei” entre as partes, sendo que deve ser rigorosamente cumprido pelo candidato.

O Edital é claro em seu item 13.1 que a inscrição para o Concurso Público implicará a aceitação, por parte do candidato, das normas contidas tanto no Edital de Abertura, bem como de outras que forem necessárias para seu fiel cumprimento.

Porém, como já dito, o Edital faz “lei” entre as partes, devendo ser cumprido por todos os candidatos, a fim de que seja mantido o princípio constitucional da isonomia, proporcionando a igualdade de condições entre todos os participantes do certame.

Assim, diante do exposto, conhecido e negado provimento ao presente Recurso.
